



JAMES RON

James Ron ocupa a cátedra Stassen de Relações Internacionais da Faculdade de Humphrey e do Departamento de Ciência Política na Universidade de Minnesota. Ele coordena as *Human Rights Perceptions Polls* (Pesquisas sobre Percepções de Direitos Humanos), é professor afiliado do *Center for Economic Research and Teaching* (CIDE, na sigla em espanhol) no México e fundou o fórum on-line multilíngue openGlobalRights, destinado aos estrategistas de direitos humanos.

E-mail: jamesr@umn.edu



DAVID CROW

David Crow é professor pesquisador (professor assistente) do CIDE, no México, onde coordena a pesquisa *Americas and the World* (Américas e o Mundo). Ele desenvolve pesquisas sobre política mexicana, democracia, direitos humanos, migração e relações internacionais, além de lecionar sobre esses tópicos e métodos de pesquisa estatísticos.

E-mail: david.crow@cide.edu



SHANNON GOLDEN

Shannon Golden possui doutorado em Sociologia pela Universidade de Minnesota, onde tem como foco de pesquisa a reconstrução da comunidade de Uganda no período pós-guerra. Atualmente, ela é pesquisadora em pós-doutorado do projeto *Human Rights Perceptions* da Faculdade de Relações Públicas de Humphrey na Universidade de Minnesota.

E-mail: golde118@umn.edu

RESUMO

Após décadas de mobilização e sensibilização, quão familiares aos direitos humanos são as pessoas comuns, e como essa familiaridade é moldada pelo *status* socioeconômico? Iremos explorar estas questões com os novos dados das *Human Rights Perceptions Polls* (Pesquisas sobre Percepções de Direitos Humanos), pesquisas representativas realizadas em quatro países. Os resultados apontam que a exposição pública ao termo “direitos humanos” é elevada na Colômbia, no México e em partes do Marrocos, mas mais moderada em Mumbai (Índia) e nos seus arredores. Os índices de contato pessoal da população com ativistas, defensores e voluntários de direitos, no entanto, são muito mais limitados. Além disso, para ambos indicadores, o *status* socioeconômico é um prognóstico estatisticamente significativo. As pessoas com níveis de educação mais altos, mais ricas, que residem em áreas urbanas e têm acesso à Internet também tendem a ser mais familiarizadas com o termo “direitos humanos”, e ter conhecido uma pessoa que trabalhe com direitos humanos, seja ativista ou voluntário. Estes resultados devem chamar a atenção de estrategistas de direitos humanos, dedicados a promover relações com os mais necessitados. Para enfrentar esse desafio, os grupos de direitos humanos devem desenvolver modelos de engajamento e mobilização de recursos de orientação mais popular.

Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

Recebido em abril de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa de opinião pública – Direitos humanos – Opinião pública – Marrocos – México – Índia – Colômbia – Elites – Organizações Populares



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

ARTIGO

FAMILIARIDADE COM DIREITOS HUMANOS E STATUS SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO SOBRE QUATRO PAÍSES

James Ron, David Crow e Shannon Golden

1 Introdução

Embora não existam mecanismos formais que liguem atores de direitos humanos a determinados grupos, muitos indivíduos envolvidos com direitos acreditam que representam os interesses, as necessidades e as aspirações das pessoas mais impotentes e vulneráveis da sociedade. No entanto, até o momento, essas crenças não se basearam em suficiente evidência sistemática. Por razões que envolvem custo, tendências e viabilidade, os pesquisadores de direitos humanos raramente consultam pessoas comuns sobre os seus pontos de vista – e experiências – acerca da linguagem e das organizações de direitos humanos. Este artigo aborda esta lacuna de conhecimento com pesquisas públicas originais conduzidas em quatro países. Perguntamos a milhares de pessoas quantas vezes elas tinham ouvido o termo “direitos humanos”, e se alguma vez tinham conhecido um defensor, ativista ou voluntário que tenha se autoidentificado como sendo da área de direitos humanos. Possuindo esses dados e com base em análises estatísticas, pesquisamos a prevalência e os fatores correlatos da familiaridade do público com os direitos humanos.

Os resultados apontam que a familiaridade com os termos e representantes de direitos humanos aumenta de acordo com a condição socioeconômica. Este resultado é preocupante, porque acreditamos que a familiaridade com os direitos humanos é um indicador de sucesso da representatividade do movimento. As organizações de direitos humanos não podem afirmar de modo convincente que representam pessoas comuns se estes indivíduos nunca ouviram suas mensagens, nem conheceram seus representantes. As organizações de direitos humanos não podem afirmar com credibilidade que representam os setores mais pobres da sociedade, sobretudo, se a sensibilização do público nessas comunidades é sistemática e significativamente prejudicada pelo baixo status socioeconômico.

Ver as notas deste texto a partir da página 360.

Realizamos as *Human Rights Perceptions Polls* (Pesquisas sobre Percepções de Direitos Humanos) na Colômbia, na Índia, no México e no Marrocos em 2012. Selecionamos esses países por conta de suas diversidades em vários indicadores, incluindo distintas regiões do mundo (América Latina, Norte da África e Sul da Ásia), legados coloniais (Espanha, França e Grã-Bretanha), religiões globais (cristianismo, islamismo e hinduísmo) e tradições linguísticas (espanhol, árabe, francês e hindi). Essa diversidade aumenta o potencial de generalização de nossos resultados.

Realizar pesquisas de opinião pública nesses quatro países também faz sentido porque, em cada país, um número significativo de pessoas é exposto à terminologia e tem contato com defensores de direitos humanos. Embora todos eles tenham problemas graves de direitos humanos, todos possuem o mínimo de liberdades políticas e civis, incluindo certa liberdade de expressão, circulação e associação. Cabe destacar que todos esses países possuem uma sociedade civil ativa e um vibrante setor doméstico de direitos humanos.

1.1 Familiaridade com direitos humanos: quão profunda ela pode ser?

O discurso de direitos humanos é onipresente nos meios de comunicação global e nos círculos diplomáticos e políticos (MOYN 2010; RON; RAMOS; RODGERS, 2005), o que causa comparações com outras *lingua franca* transacionais, como a matemática ou estatística (CMIEL, 2004). No entanto, permanecem questões importantes sobre a capacidade dos termos e ativistas de direitos humanos romperem círculos da elite e penetrar em meios públicos de massa (HAFNER-BURTON; RON, 2009). Muitos temem que os direitos humanos, assim como outras ideias transnacionais e cosmopolitas, sejam pouco mais que uma “consciência de classe de viajantes frequentes” destinada a definhar para sempre nas camadas mundiais mais altas (CALHOUN, 2002).

Essas preocupações estão intimamente ligadas às questões de representação política. As organizações de direitos humanos falam em nome de quais comunidades e interesses? Quem elas realmente representam? A maioria dos “condenados da terra” (FANON, 2005), como muitos gostariam, ou a classe média global, como muitos temem? É claro que a familiaridade pública com os direitos humanos não é o único indicador de representação, mas é importante. Nenhum comunista que se preze jamais iria reivindicar representar a classe trabalhadora se os trabalhadores nunca tivessem conhecido os membros do partido, e nenhum missionário que se preze iria reivindicar o sucesso em meio à ignorância popular sobre Cristo ou Maomé. A familiaridade tanto com a Palavra e seu Mensageiro pode não ser *suficiente* para a representação, mas parece ser bastante *necessária*.

Então, o que nós esperávamos encontrar? Por um lado, os mais pobres e sem recursos são muitas vezes mais propensos a sofrer todo tipo de violações de direitos humanos (KHAN; PETRASEK, 2009). Sendo assim, em teoria, eles deveriam ter maior propensão a ter conhecimento sobre direitos humanos e contatos neste campo. Por sua vez, os ativistas de direitos humanos deveriam ser profundamente motivados a ter contato com essa parcela da população. Conforme muitos defensores argumentam,

a tarefa mais urgente do movimento de direitos humanos é trabalhar com e ao lado dos pobres, muitas vezes por meio de uma abordagem ao desenvolvimento baseada nos direitos. Se isso é verdade, então as pessoas situadas nas camadas socioeconômicas mais baixas da sociedade deveriam ter mais familiaridade com os direitos humanos do que aquelas localizadas nas camadas mais altas.

No entanto, muitos pesquisadores diriam exatamente o oposto (AN-NA'IM, 2000; ENGLUND, 2006; HOPGOOD, 2013; ODINKALU, 1999; OKAFOR, 2006). À parte as aspirações declaradas do movimento de direitos humanos, as pessoas mais ricas e com níveis de educação mais altos sempre têm mais acesso a recursos e informações e frequentemente dão grande valor a ideias abstratas e cosmopolitas como os direitos humanos. Ademais, ao longo da história, frequentemente foram as classes urbanas, médias ou trabalhadoras organizadas que expressaram maior interesse em direitos individuais, em vez dos sem organização política, com baixa educação ou mais pobres na zona rural (HUBER; RUESCHEMEYER; STEPHENS, 1993; LIPSET, 1959; MAMDANI, 1996). Apesar dos ativistas de direitos humanos *desejarem* que os pobres sejam mais familiarizados com o seu trabalho, alguns especialistas argumentam que as realidades sociológicas e políticas sugerem o contrário.

Felizmente, essas diferentes expectativas podem ser julgadas com a ajuda de pesquisas públicas estatisticamente representativas e bem planejadas.

2 Dados e métodos

Nesta publicação, descrevemos as nossas Pesquisas sobre Percepções de Direitos Humanos (RON; CROW, a serem publicadas). Resumidamente, reunimos os dados coletados no México e na Colômbia que foram obtidos em colaboração com a equipe da pesquisa *Americas and the World*, do *Center for Economic Research and Teaching* (CIDE, na sigla em espanhol) na Cidade do México.¹ Os dados na Índia e Marrocos foram coletados em colaboração com empresas de pesquisa locais.

México: os dados coletados no México incluem uma amostra de representatividade nacional de 2.400 adultos com idades entre 18 anos ou mais, juntamente com uma amostra menor de 500 pessoas pertencentes à “elite do poder” do país (MILLS, 2000), incluindo executivos, autoridades eleitas, burocratas de alto escalão, jornalistas e acadêmicos. Essa segunda pesquisa sobre as elites é descritiva, mas não é representativa estatisticamente.

O México é um bom caso para se investigar a familiaridade popular com os direitos humanos. Sistemáticas violações de direitos são comuns, mas a democracia crescente do México e seu perfil sociodemográfico oferecem oportunidades para o debate sobre os direitos humanos e para a participação cidadã. A população do México é mais rica, com mais acesso à educação e mais exposta a ideias globais do que muitos países, sua imprensa e o sistema político são relativamente livres e sua população tem fortes laços com a diáspora norte-americana. Desde o início da década de 1990, o país tem tido um vibrante setor que luta por direitos no âmbito nacional, e a retórica política do governo é favorável às questões de direitos humanos (ANAYA MUÑOZ, 2009). Além disso, os direitos humanos estão constantemente na

pauta por causa da brutal guerra interna no país contra as drogas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2013). Desde 2006, facções criminosas e forças de segurança mataram mais de 70.000 pessoas e foram responsáveis pelo desaparecimento de outros milhares.

Colômbia: os dados coletados na Colômbia também incluem uma amostra de representatividade nacional de 1.700 adultos. Assim como o México, a Colômbia é um caso relevante para se pesquisar a familiaridade do público com os direitos humanos. Décadas de violência entre as forças de segurança, guerrilhas de esquerda e grupos paramilitares financiados pelo Estado – todos ligados a cartéis de drogas – geraram múltiplas violações de direitos. O governo define o conflito no país como uma guerra contra o terrorismo, e muitos colombianos consideram as políticas de segurança do governo eficazes. Mas essas políticas também custaram um preço alto aos civis, incluindo desaparecimentos forçados de 30.000 a 50.000 pessoas e uma série de escândalos “parapolíticos” que mostraram a conexão de políticos e militares a grupos paramilitares de direita (HUMAN RIGHTS WATCH, 2012). Assim como o México, a Colômbia tem uma ativa comunidade doméstica de direitos humanos que engloba diversas centenas de grupos organizados em redes densas, com fortes laços transacionais (BRYSK, 2009; ODHACO, 2013).

Marrocos: os dados coletados no Marrocos incluem uma amostra de 1.100 adultos e representa a população residente em Rabat e Casablanca, capitais políticas e financeiras do país, e moradores rurais que vivem até 70 quilômetros de qualquer uma dessas cidades. O Marrocos também oferece um terreno fértil à pesquisa sobre a familiaridade com os direitos humanos (RON; GOLDEN, 2013). As piores violações de direitos civis e políticos no país ocorreram nas décadas de 1970 e 1980, conhecidas como os “anos de chumbo”. O Marrocos teve um período de abertura na década de 1990, que incluiu a incorporação de compromissos de direitos humanos a uma nova constituição. O país acelerou o processo de abertura na década de 2000 sob o comando de um novo rei. Os ativistas de direitos de gênero foram particularmente bem-sucedidos em seu trabalho. Embora as restrições e abusos contra muçulmanos e ativistas do Saara Ocidental continuem, o setor doméstico de direitos marroquinos é vocal, autoconfiante e relativamente eficiente (SLYOMOVICS, 2005).

Índia: os dados coletados na Índia incluem uma amostra de 1.600 adultos e representam os moradores de Mumbai, capital cultural e financeira do país, e as áreas rurais adjacentes do estado de Maharashtra.

A população da Índia é semelhante à população do Marrocos em termos de renda e educação e mais pobre e menos instruída do que a população do México ou da Colômbia. A Índia tem a mais longa tradição democrática dos quatro países em questão, assim como uma imprensa nacional crítica e uma longa história de ativismo baseado em direitos, incluindo avanços legais pioneiros em direitos sociais e econômicos (GUDAVARTHY, 2008; JAI, 2003; RAY, 2003), o que inclui a lei de Direito à Informação de 2005, de Direito à Educação de 2009 e de Segurança Alimentar Nacional de 2013. Mumbai foi a sede dos primeiros grupos de liberdades civis da Índia e é um centro para os esforços locais de proteção de direitos das mulheres e moradores de favelas, a melhora das relações comunitárias e a promoção dos direitos de moradia adequada e segurança alimentar.

2.1 Variáveis estatísticas

Utilizamos duas variáveis para medir a familiaridade do público com os direitos humanos. Para avaliar a **exposição dos entrevistados** à terminologia dos direitos humanos, perguntamos “Quotidianamente, com que frequência você costuma ouvir o termo ‘direitos humanos?’” (Diariamente; Frequentemente; Às vezes; Raramente; Nunca). Para avaliar o **contato pessoal dos entrevistados** com defensores/voluntários de direitos humanos, perguntamos: “Você já conheceu alguém que trabalha em uma organização de direitos humanos?” (Sim; Não).

Medimos o **status socioeconômico dos entrevistados** avaliando a sua educação, local de residência, renda e acesso à Internet. Para medir a **educação**, perguntamos: “Qual é o nível mais alto de escolaridade que você completou?”.² Para avaliar a **residência urbana**, nós associamos a área onde os entrevistados moravam com classificações aceitas do censo do Marrocos. Para avaliar a **renda**, foi utilizada uma percepção subjetiva de renda relativa aos gastos dos entrevistados, perguntando: “Considerando a renda total da família, qual afirmação descreve melhor o status de sua renda?” (“Minha renda me permite cobrir as despesas e economizar”; “Minha renda apenas cobre as despesas, sem maiores dificuldades”; “Minha renda não cobre as despesas e tenho dificuldades”; “Minha renda não cobre as despesas e tenho grandes dificuldades”).³ Para medir o **uso de Internet**, perguntamos: “Você usa a Internet?” (Sim; Não). Também incluímos duas variáveis de controle: **sexo** e **idade** (em anos).

3 Conclusões

Começamos com o caso mexicano, já que este é o único dentro dos quatro casos com uma amostra tanto popular, como da elite.

O Gráfico 1 mostra que a prevalência da terminologia de direitos humanos tanto entre a elite mexicana e o público em geral é alta, mas que a exposição da elite à essa terminologia é muito maior. Cerca de 90 por cento dos mexicanos da elite nos disseram que ouviram o termo “direitos humanos” (*derechos humanos*) “diariamente” ou “frequentemente”, em comparação com quase 40 por cento do público em geral. No entanto, mesmo essa faixa de 40 por cento parece extraordinariamente grande; extrapolando, ela sugere que cerca de 30 milhões de adultos mexicanos são expostos aos termos *derechos humanos* diariamente.

Excepcionalmente, a exposição aos direitos humanos na Colômbia e no Marrocos é ainda maior. Como o Gráfico 2 nos mostra, 49 por cento dos adultos colombianos dizem que ouvem rotineiramente o termo *derechos humanos*, enquanto que 54 por cento dos adultos que vivem em Rabat e Casablanca ou próximo destas cidades relataram ter ouvido regularmente o termo francês, *droits de l’homme*, ou o termo em árabe *hukuk al insaan*. E enquanto a pesquisa na Índia revela menores taxas de exposição pública – apenas 20 por cento dos adultos que vivem em Mumbai e nas redondezas da cidade relataram ter ouvido regularmente tanto o termo hindi *mānava adhikāra* ou o termo *mānavī adhikāra* em marathi – mesmo essa comparativamente baixa taxa de exposição parece alta.

Gráfico 1. Maior exposição a “direitos humanos” encontrada entre as elites mexicanas

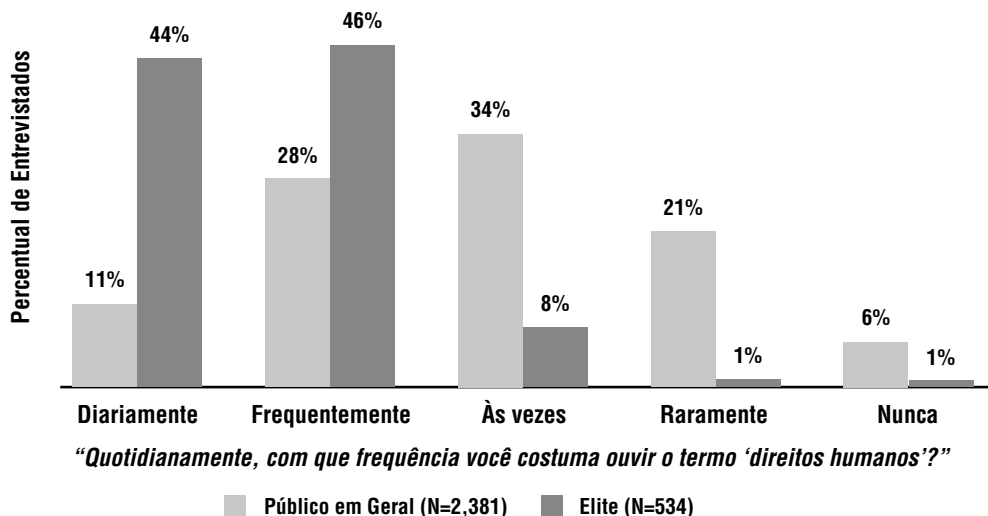
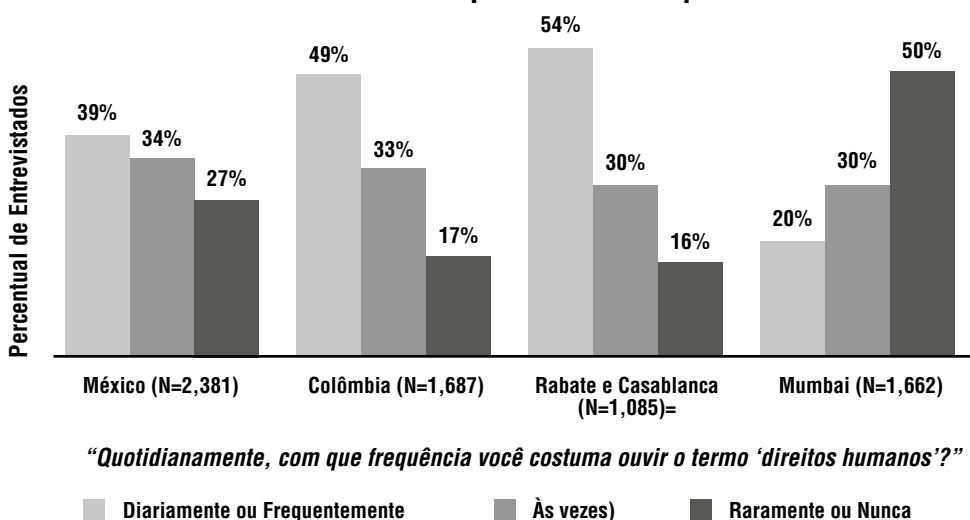


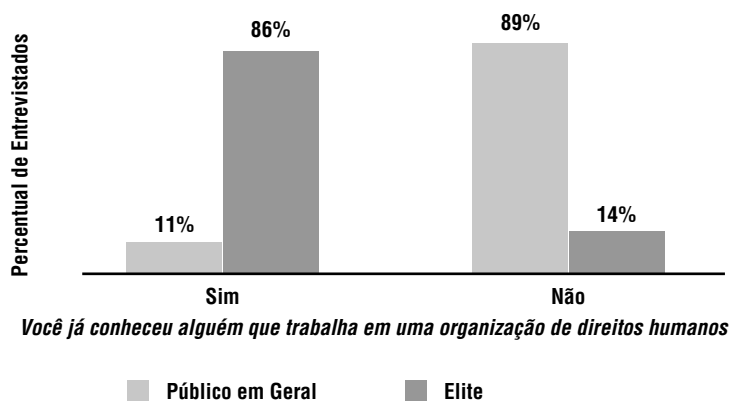
Gráfico 2. Alta exposição a “direitos humanos” obtida em três de quatro amostras públicas



Previsivelmente, o contato pessoal com os defensores de direitos humanos foi muito menor. Ademais, no México, nossas amostras obtidas com a elite e a população em geral foram muito diferentes. Como o Gráfico 3 demonstra, 86 por cento das elites mexicanas relatam ter conhecido alguém ativo dentro de uma organização de direitos humanos, em comparação com apenas 11 por cento do público em geral. Ativistas de direitos humanos no México circulam com muito mais frequência e intensidade entre as escalas superiores da sociedade.

No entanto, nesta ocasião também o copo mexicano e colombiano está meio cheio, já que entre 11 e 18 por cento da população destes países em geral declarou

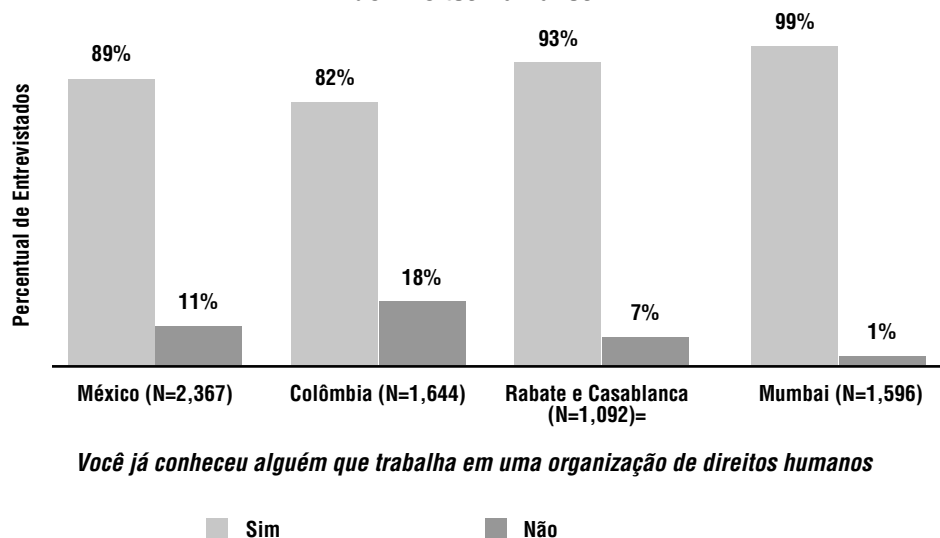
Gráfico 3. Elites Mexicanas com Probabilidade Muito Maior de Ter Tido Contato Pessoal com Defensores de Direitos Humanos



já ter conhecido um defensor do campo de direitos humanos. No México, isso sugeriria uma quantidade total de oito milhões (veja o Gráfico 4). Essas altas taxas provavelmente são resultado de conflitos internos nos dois países relacionadas com o tráfico de drogas, deslocamentos populacionais, retórica governamental e um forte alcance dos ativistas.

Por outro lado, no Marrocos e na Índia, o contato do público com os defensores de direitos humanos é muito menor. Apenas sete por cento dos adultos que vivem em Rabat e Casablanca e nas suas redondezas relataram ter conhecido um defensor de direitos humanos, enquanto que, em Mumbai e seus arredores rurais, apenas um por cento relatou ter tido esse contato.

Gráfico 4. Colombianos com Maior Probabilidade de Terem Conhecido Defensores de Direitos Humanos



3.1 *Análise estatística: maior status socioeconômico, mais familiaridade com os direitos humanos*

Nossa metodologia permite avaliar a relação entre fatores socioeconômicos e a familiaridade do público com os direitos humanos. Os dados mostram que, nos quatro países pesquisados, o status socioeconômico (SES, na sigla em inglês) está relacionado com uma maior exposição aos termos e ativistas de direitos humanos. A Tabela 1 apresenta um panorama geral de nossos resultados. O sinal de mais (+) representa uma relação positiva e estatisticamente significativa entre uma de nossas quatro variáveis SES (educação, residência urbana, nível de renda e uso da internet) e nossas duas medidas de familiaridade com os direitos humanos, isto é: a exposição dos entrevistados à terminologia de direitos humanos e o contato pessoal dos entrevistados com defensores/ativistas/voluntários de direitos humanos. O sinal de menos (-) representa uma relação negativa entre a SES e a familiaridade. E “nf” (na sigla em inglês), ou “não encontrada”, representa nenhuma relação estatisticamente significativa.

Em todos os países, *algumas* variáveis SES são significativamente associadas a uma maior familiaridade com os direitos humanos e, em alguns países, todas as quatro variáveis SES são associadas a uma maior familiaridade com os direitos humanos. **Educação** e **uso da internet** foram os principais dados correlatos, já que eles gozaram de correlações estatísticas positivas no tocante à familiaridade da população com os direitos humanos em seis dos oito casos possíveis. O **nível de renda** foi a próxima variável mais correlata, com uma associação positiva em quatro dos oito casos, enquanto **residência urbana** teve uma associação positiva em três casos. Cumulativamente, estes resultados sugerem que uma melhor posição social está diretamente associada à familiaridade com os direitos humanos nos quatro países analisados.

A Tabela 2 contém os resultados completos de regressão. Uma vez que a variável dependente de **exposição dos entrevistados** é numérica – ou seja, está disposta em um conjunto bem ordenado –, modelamos seus efeitos com regressão logística numérica, uma técnica estatística bastante utilizada, que avalia os efeitos líquidos de vários fatores ou variáveis independentes, em um único e classificado coeficiente de “resultado” ou variável. Nestes modelos, os coeficientes devem ser interpretados como a influência do efeito que uma variável independente possui

Tabela 1. Resumo de Resultados: Relações entre Status Socioeconômico (SES) e Familiaridade com o Discurso e com os Ativistas de Direitos Humanos

	Colômbia	México	Mumbai	Rabat/Casablanca
	Exposição Contato	Exposição Contato	Exposição Contato	Exposição Contato
Educação	+ +	+ +	n.f. n.f.	n.f. +
Residência Urbana	— n.f.	+ +	+ n.f.	n.f. n.f.
Renda	+ +	+ +	— n.f.	n.f. n.f.
Uso de Internet	+ +	+ n.f.	+ +	n.f. +

Tabela 2. Determinantes da Frequência de Exposição ao Termo “Direitos Humanos” (Logística ordinal) e Contato com Defensores de Direitos Humanos (Logística)

	Colômbia		México		Mumbai		Rabate e Casablanca	
	Exposição	Contato	Exposição	Contato	Exposição	Contato	Exposição	Contato
Educação (Anos)	0.075*** (0.000)	0.052** (0.003)	0.078*** (0.000)	0.070*** (0.000)	0.000 (0.989)	-0.004 (0.921)	0.026† (0.068)	0.125*** (0.000)
Residência Urbana (Sim=1)	-0.316*** (0.020)	-0.266 (0.202)	0.176*** (0.038)	0.580*** (0.001)	0.492*** (0.000)	-0.065 (0.872)	0.008 (0.953)	-0.099 (0.746)
Renda (Declarada)	0.228*** (0.000)	0.182*** (0.046)	0.089† (0.061)	0.226** (0.007)	-0.209*** (0.000)	0.050 (0.749)	0.007 (0.925)	-0.040 (0.780)
Uso de Internet	0.541*** (0.000)	0.642*** (0.001)	0.181† (0.060)	-0.006 (0.973)	1.021*** (0.000)	1.000** (0.003)	-0.197 (0.218)	0.838** (0.006)
Sexo (Masculino=1)	0.191*** (0.039)	0.187 (0.163)	0.036 (0.633)	0.162 (0.221)	0.461*** (0.000)	0.393 (0.198)	0.169 (0.141)	0.175 (0.448)
Idade	0.015*** (0.000)	-0.001 (0.787)	0.004 (0.148)	0.010*** (0.023)	-0.004 (0.189)	-0.015 (0.163)	0.006 (0.187)	0.019*** (0.028)
N	1585	1567	2325	2309	1535	1562	1046	1059
Probabilidade Logarítmica	-2156.33	-723.41	-3344.41	-806.37	-2271.96	-216.49	-1453.03	-287.52
χ^2 Teste da Razão da Verossimilhança	159.15	63.18	128.35	61.37	154.73	16.36	8.24	59.65
valor-p	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.012	0.221	0.000
Pseudo R2	0.036	0.042	0.019	0.037	0.033	0.036	0.003	0.094
Valor P em parênteses								
† $p < 0.10$; *** $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; * $p < .001$								

sobre as probabilidades de pertencer a categorias “superiores” (por exemplo, ouvir direitos humanos “diariamente” ou “frequentemente”), em vez das probabilidades de pertencer às categorias “inferiores” (por exemplo, ouvir direitos humanos apenas “às vezes”, “raramente” ou “nunca”). E como a variável dependente (de resultado) de **contato pessoal dos entrevistados** é dicotômica, ou uma resposta do tipo “sim/não”, a regressão logística binária simples foi utilizada. Neste caso, os coeficientes devem ser interpretados como o efeito de uma variável independente sobre as probabilidades de um entrevistado ter alguma vez conhecido um defensor de direitos humanos.

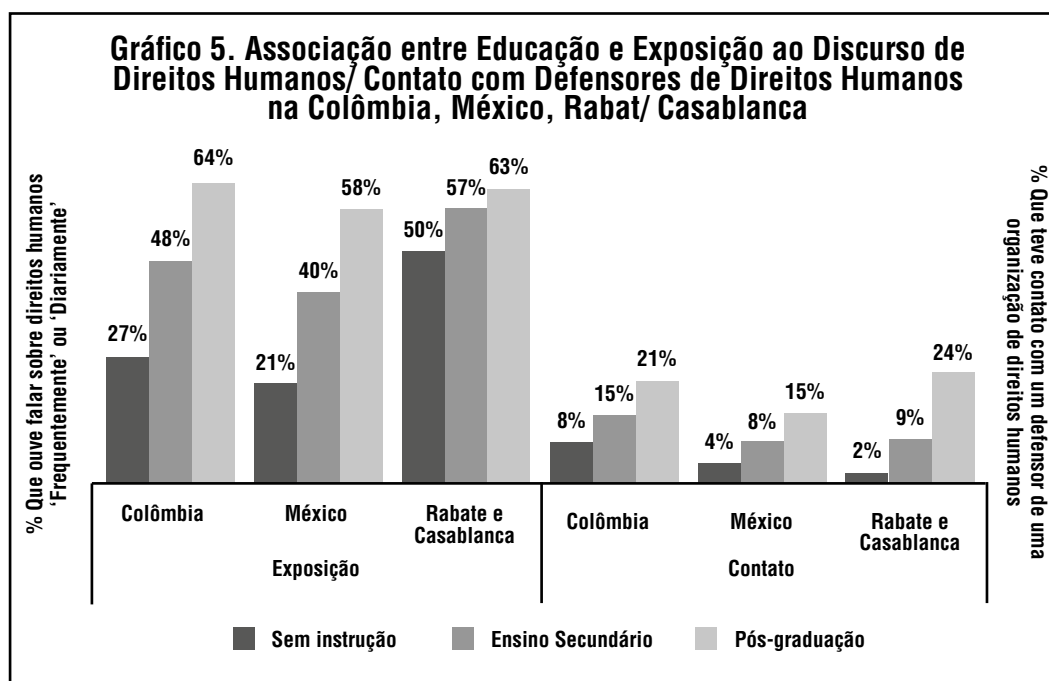
3.2 Educação

Os entrevistados mais instruídos ouviram o termo “direitos humanos” com muito mais frequência e são mais propensos a terem conhecido um defensor de direitos humanos do que os entrevistados menos instruídos na Colômbia, México e em Rabat /Casablanca (Imagem 5).

Para avaliar o impacto da educação na **exposição dos entrevistados** às palavras “direitos humanos”, nós combinamos com as duas respostas mais altas, “frequentemente” e “diariamente”. A associação entre o nível de educação e a exposição é mais forte na Colômbia (e pode ser vista pelas três colunas à esquerda

acima do título da categoria “Exposição”) e no México (três colunas no centro em “Exposição”). Aproximadamente 64 por cento dos colombianos com doutorado ou grau equivalente (21 anos de educação, representados pelas colunas brancas) ouvem frequentemente *derechos humanos*, em comparação com apenas 48 por cento dos colombianos que concluíram o ensino médio (colunas cinza claro) e 27 por cento daqueles sem educação formal (colunas cinza escuro). O mesmo se aplica ao México, onde aproximadamente 58 por cento dos entrevistados com 21 anos de escolaridade ouvem sobre direitos humanos frequentemente, em comparação com apenas 40 por cento dos entrevistados que concluíram o ensino médio e 21 por cento daqueles sem instrução. A associação com educação não é tão visível no Marrocos (as colunas à direita em “Exposição”), porque uma grande proporção de marroquinos sem acesso à educação (50 por cento) já ouviu falar frequentemente sobre direitos humanos.

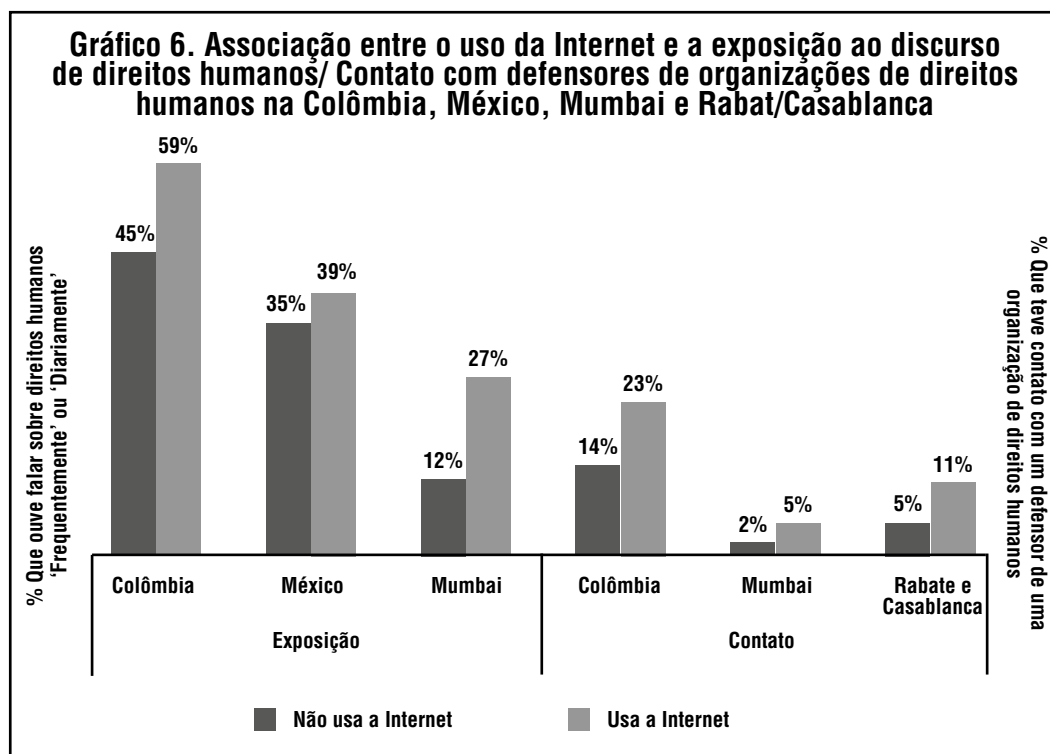
As três colunas da direita no Gráfico 5, acima da categoria “Contato”, correspondem à associação da educação com a probabilidade do **entrevistado ter tido contato** com um defensor da área de direitos humanos. Essa associação é mais pronunciada em Rabat/Casablanca (três colunas mais à direita), onde a variação do mínimo até o máximo na faixa de educação está associada a um aumento da probabilidade do **entrevistado ter tido contato** com um defensor de direitos humanos de dois a 24 por cento. A associação é mais modesta, mas ainda assim importante, na Colômbia (as três colunas mais à esquerda na seção de “Contatos”, que passam de oito por cento para aproximadamente 21 por cento) e no México (três colunas centrais em “Contato”, que aumentam de 4 por cento para aproximadamente 15 por cento).



3.3 *Uso de Internet*

O Gráfico 6 mostra as probabilidades estimadas de **exposição** e de **contato** dos entrevistados que são usuários da Internet (coluna cinza escuro) e aqueles que não são usuários (coluna cinza claro). A associação positiva com a **exposição dos entrevistados** é maior em Mumbai, onde 27 por cento dos usuários de Internet ouvem falar sobre direitos humanos frequentemente, em comparação com apenas 12 por cento dos que não são usuários de Internet. Na Colômbia, 59 por cento dos usuários de Internet são expostos frequentemente ao discurso de direitos humanos, em comparação com 45 por cento daqueles que não usam a Internet. A diferença no México é menor, mas ainda significativa estatisticamente, de 39 por cento *versus* 35 por cento.

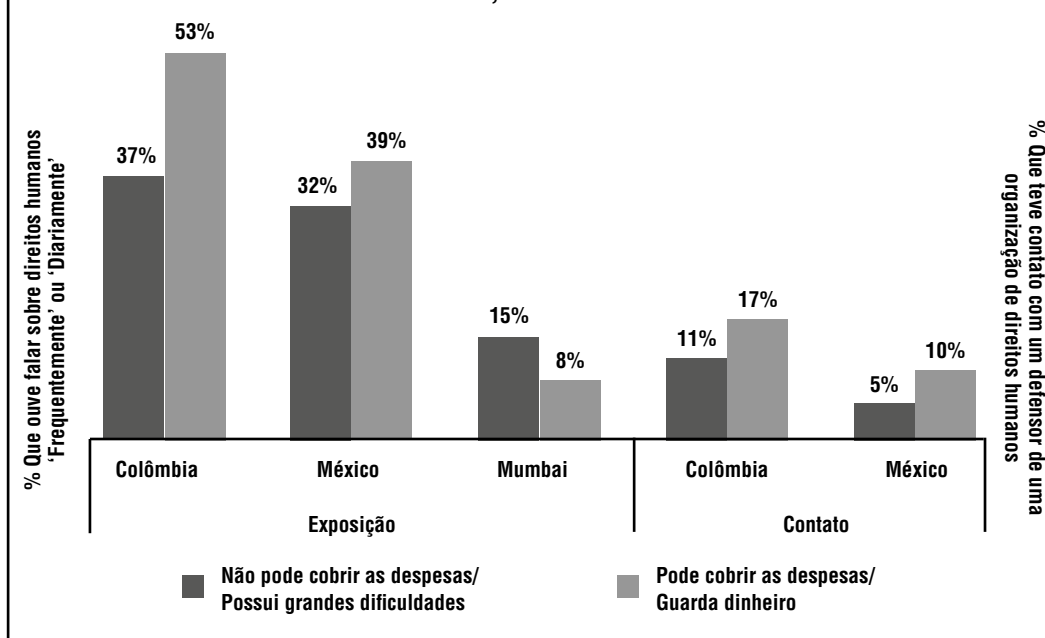
Os dados mostram uma associação positiva entre o **uso de Internet** e o **contato dos entrevistados** com defensores de direitos humanos. Na Colômbia, as chances de um entrevistado ter tido **contato pessoal** com um defensor de direitos humanos aumenta com o uso da Internet, de 14 a 23 por cento, enquanto que em Rabat/Casablanca e Mumbai isso mais do que dobra.



3.4 *Renda*

O Gráfico 7 mostra a associação de **exposição e contato do entrevistado** com sua renda. Avaliamos a dimensão desses efeitos, comparando os que estão no topo e na base da nossa escala de renda estimada. Na Colômbia, aqueles que “não

Gráfico 7. Associação entre renda e exposição ao discurso de direitos humanos Contato com defensores de organização de direitos humanos na Colômbia, México e Mumbai



podem cobrir as despesas” e têm “grandes dificuldades econômicas” (colunas cinza escuro) têm uma chance de 37 por cento de ter ouvido falar de direitos humanos frequentemente (mais à esquerda, coluna cinza escuro acima do título da categoria “Exposição”) e uma chance de 11 por cento de ter conhecido um defensor de direitos humanos (mais à esquerda, coluna cinza escuro acima da categoria “Contato”). Estes números sobem, respectivamente, para 53 por cento e 17 por cento para os colombianos cuja renda lhes permite “cobrir as despesas e economizar” (colunas cinza claro à direita das colunas cinza escuro que representam aqueles que “não podem cobrir despesas/ têm grandes dificuldades”).

No México, essas mesmas correlações são estatisticamente significativas, embora de forma menos dramática. Os mexicanos mais pobres têm uma **taxa de exposição aos direitos humanos** de 32 por cento (segunda coluna cinza escuro, da esquerda para a direita), bem como uma **taxa de contato pessoal** de 5 por cento (barra cinza escuro mais à direita). Os mexicanos com maior renda, pelo contrário, têm maior exposição e maiores taxas pessoais de contato (39 e 10 por cento, respectivamente, como mostra a segunda coluna cinza claro da esquerda para a direita e a coluna cinza claro mais à direita).

No entanto, em Mumbai a exposição ao termo “direitos humanos” *diminui* conforme a renda (duas colunas acima da categoria “Mumbai”). Os dados sugerem que as pessoas mais abastadas financeiramente que vivem em Mumbai e em seus arredores ouviram direitos humanos “frequentemente” cerca de sete pontos percentuais menor do que os mais pobres. Surpreendentemente, os ativistas e as

mensagens de direitos humanos circulam com maior frequência entre as classes mais baixas nesta parte da Índia. Embora este resultado individual não prejudique nosso argumento geral, ele sugere que algo muito diferente está acontecendo naquele contexto.

3.5 *Residência urbana*

Por fim, a residência urbana tende, em geral, a ser associada com uma maior **exposição e contato por parte dos entrevistados**. Moradores de cidades no México, por exemplo, são mais propensos a ouvir sobre direitos humanos frequentemente (39 por cento) e de ter conhecido um defensor de direitos humanos (12 por cento) do que seus contrerrâneos rurais (35 e 7 por cento, respectivamente). De modo similar, os entrevistados de Mumbai das áreas urbanas têm maiores taxas de **exposição** (18 por cento) do que os moradores rurais de Marathi (12 por cento).

Mais uma vez, no entanto, existem algumas diferenças intrigantes. Na Colômbia, por exemplo, os moradores rurais entrevistados têm maior **exposição** do que os moradores de cidades (45 a 38 por cento). A explicação pode estar ligada à guerra contra as drogas na Colômbia, campanhas de contrainsurgência e violações de direitos inerentes, muitas das quais ocorreram em zonas rurais. Mais uma vez, este resultado contraintuitivo nos lembra que a coleta cuidadosa de dados específicos por país é vital.

Não obstante, estas duas exceções, a relação positiva entre o status socioeconômico e a familiaridade com os direitos humanos é um resultado geral importante, significativo a diferentes medidas de familiaridade (como a **exposição do entrevistado e o contato pessoal do entrevistado**) e o seu status socioeconômico (educação, renda, uso de Internet e residência urbana).

3.6 *Variáveis de controle*

Nossas duas variáveis de controle, idade e sexo, também são estatisticamente significativas, em certas circunstâncias. Os homens são mais propensos do que as mulheres a ouvir frequentemente o termo “direitos humanos” na Colômbia e em Mumbai (ver Tabela 2), enquanto que as taxas de **contato pessoal** com defensores de direitos humanos aumentam com a idade no México e no Marrocos. Ademais, na Colômbia a **exposição dos entrevistados** aumenta com a idade.

4 **Discussão**

As Pesquisas sobre Percepções de Direitos Humanos mostram que pessoas comuns de diferentes regiões, divisões linguísticas, religiões e tradições coloniais ouvem frequentemente o termo “direitos humanos”. No entanto, o contato pessoal com os ativistas de direitos humanos é muito menos frequente. Os dados também mostram que tanto a doutrina e os mensageiros de direitos humanos circulam com mais frequência entre os entrevistados mais ricos, mais instruídos e com mais acesso à Internet. Embora essa descoberta possa desapontar ativistas de direitos

humanos que queiram ser solidários com os mais necessitados, ela não deve ser surpreendente. Afinal, muitos pesquisadores já suspeitavam disso, embora, até o momento, nenhum tenha fornecido evidências sistemáticas.

É claro que não há razão para acreditar que a maior familiaridade com os direitos humanos garanta boas ações e intenções. Embora nosso estudo mostre que as elites estão mais expostas aos termos e ativistas de direitos humanos do que as classes mais pobres, as elites também são a fonte de muitos problemas persistentes de direitos humanos. Nosso estudo não afirma que a familiaridade com os direitos humanos muda comportamentos para melhor. Segundo nossa perspectiva, a questão mais importante é a representação. Se a familiaridade com termos e ativistas de direitos humanos diminui com a condição socioeconômica, o argumento das organizações de direitos humanos de que elas representam os pobres e sem poder é enfraquecido drasticamente. Não é possível argumentar ser “representante” de pessoas que nunca conheceram o seu representante ou que raramente ouviram a mensagem de seu representante.

Os grupos de direitos humanos devem buscar representar os pobres? A questão vai ao cerne de muitos debates de longa data. Alguns encaram o movimento de direitos humanos como elitista, argumentando que a principal missão dos grupos de direitos humanos é, e deve ser, dar apoio às reformas de grande escala, muitas vezes, de natureza técnica, política e legalista (GONZÁLEZ, 2013). Se isto for verdade, a comparativamente baixa familiaridade com os direitos humanos entre aqueles de origens socioeconômicas mais baixas oferece poucos motivos de preocupação; as elites são o verdadeiro público-alvo. Outros sugerem ainda que a principal contribuição dos grupos de direitos humanos é de servir como conectores a comunidades de base, ativistas e elites (ANSOLABEHERE, 2013; GALLAGHER, 2013). Segundo este ponto de vista, a atividade de direitos humanos não é um concurso de popularidade, mas sim um esforço de *networking* nos bastidores que promove à distância os interesses dos grupos marginalizados.

No entanto, para outros, o papel adequado dos grupos de direitos humanos deve ser o de representar e ser solidário com os pobres. Por exemplo, essa é a visão daqueles que discutem a “abordagem ao desenvolvimento baseada nos direitos”, uma visão que ganhou muita força política recentemente (KINDORNAY; RON; CARPINTEIRO, 2012). Ela também é popular entre aqueles preocupados com a promoção de direitos humanos como uma forma de ativismo voltado às massas, em vez de uma prática profissional política e de defesa legal (BANYA, 2013; BROWNE; DONNELLY, 2013; ZIV, 2013). Analistas e ativistas desse tipo ficarão preocupados com os resultados desta pesquisa, e talvez poderão usá-los para pressionar os grupos de direitos a estabelecer mais e melhor contato com populações mais pobres e mais amplas.

É claro, é possível que os grupos de direitos humanos desempenhem os dois papéis, trabalhando tanto com as elites e com as pessoas de origens socioeconômicas mais modestas (AZZAM, 2014). Ainda assim, se quiserem que seus pedidos de representatividade tenham legitimidade, os ativistas de direitos humanos devem expandir seu alcance e se envolver mais a sério, amplamente e genuinamente com as pessoas comuns. Estes esforços de divulgação devem proteger contra as abordagens condescendentes, de capital estrangeiro e verticais que foram descritas

tão assustadoramente por antropólogos críticos, como Harry Englund (ENGLUND, 2006). Fazer contato com os pobres não pode ser reduzido a uma planilha de desenvolvimento, em que visitas inúteis às comunidades rurais e aos bairros pobres são preenchidas para satisfazer financiadores.

Para garantir que o envolvimento com pessoas comuns seja positivo e genuíno, os grupos de direitos humanos devem recrutar mais voluntários e membros ativos e aumentar a sua capacidade de mobilizar recursos entre os indivíduos e as comunidades mais simples (ASHRAF 2014; SURESH 2014). Maiores representação de direitos humanos e familiaridade entre os pobres serão reforçadas por uma abordagem de orientação mais popular para a mobilização de recursos (RON; PANDYA, 2013).

REFERÊNCIAS

Bibliografia e outras fontes

- AN-NA'IM, Abdullahi. 2000. Problems of Dependency: Human Rights Organizations in the Arab World, An Interview with Abdullahi An-Na'im. **Middle East Report**, Washington, DC, v. 214, p. 20-47, Sept.
- ANAYA MUÑOZ, Alejandro. 2009. Transnational and Domestic Processes in the Definition of Human Rights Policies in Mexico. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 31, n. 1, p. 35-58, Feb.
- ANSOLABEHERE, Karina. 2013. Reforming and transforming: a multi-directional investigation of human rights. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 4 Dec. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/karina-ansolabehere/reforming-and-transforming-multi-directional-investigation-of-h>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- ASHRAF, Ajaz. 2014. To raise funds, Indian rights groups must emulate the country's newest political party. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 28 Jan. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/ajaz-ashraf/to-raise-funds-indian-rights-groups-must-emulate-country-s-newest-polit>>. Último acesso em: 4 abr. 2014.
- AZZAM, Fateh. 2014. In defense of "professional" human rights organizations. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 13 Jan. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/fateh-azzam/in-defense-of-professional-human-rights-organizations>>. Último acesso em: 4 abr. 2014.
- BANYA, Moiyattu. 2013. Human Rights for Whom? A Closer Look at Elitism and Women's Rights in Africa. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 17 Jan. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/moiyattu-banya/human-rights-for-whom-closer-look-at-elitism-and-women-s-rights-in-a>>. Último acesso em: 22 jul. 2014.

- BROWNE, Nicola; DONNELLY, Dessie. 2013. Making Human Rights Matter to the Marginalised. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 17 Jan. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/nicola-browne-dessie-donnelly/making-human-rights-matter-to-marginalised>>. Último acesso em: 22 jul. 2014.
- BRYSK, Alison. 2009. Communicative action and human rights in Colombia: When words fail. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 69, p. 36-49, Jan./Jun.
- CALHOUN, Craig. 2002. The Class Consciousness of Frequent Travelers: Toward a Critique of Actually Existing Cosmopolitanism. **South Atlantic Quarterly**. Vol. 101, p. 871-897.
- CMIEL, Kenneth. 2004. The Recent History of Human Rights. **American Historical Review**. Vol. 109, p. 117-135.
- ENGLUND, Harri. 2006. **Prisoners of Freedom: Human Rights and the African Poor**. Berkeley, CA: University of California Press.
- FANON, Franz. 2005. **The Wretched of the Earth**. Grove Press.
- GALLAGHER, Janice. 2013. Neither elites nor masses: protecting human rights in the real world. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 17 Dec. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/janice-gallagher/neither-elites-nor-masses-protecting-human-rights-in-real-world>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- GUDAVARTHY, Ajay. 2008. Human Rights Movements in India: State, Civil Society and Beyond. **Contributions to Indian Sociology**, Thousand Oaks, v. 42, n. 1, p. 29-57, Apr.
- HAFNER-BURTON, Emilie.; RON, James. 2009. Seeing Double: Human Rights Impact through Qualitative and Quantitative Eyes. **World Politics**. Princeton, NJ, v. 61, p. 360-401.
- HOPGOOD, Stephen. 2013. **The Endtimes of Human Rights**. Ithaca: Cornell University Press.
- HUBER, Evelyn; RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, John D. 1993. The Impact of Economic Development on Democracy. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, TN, v. 7, n. 3, p. 71-85, Summer.
- HUMAN RIGHTS WATCH. 2012. **World Report 2012: Colombia**. New York. Disponível em: <<http://www.hrw.org/world-report-2012/colombia>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. 2013. Peña Nieto's Challenge: Criminal Cartels and Rule of Law in Mexico. **Latin America Report**, Brussels, n. 48, 19 mar. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/latin-america/mexico/048-pena-nietos-challenge-criminal-cartels-and-rule-of-law-in-mexico.pdf>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- JHA, Munmun. 2003. Nehru and Civil Liberties in India. **International Journal of Human Rights**, London, v. 7, n. 3, p. 103-115, Oct.

- KHAN, Irene; PETRASEK, David. 2009. **The Unheard Truth: Poverty and Human Rights**. New York: W.W. Norton & Co.
- KINDORNAY, S.; RON, J.; CARPENTER, R.C. 2012. The Rights-Based Approach to Development: Implications for NGOs. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 34, n. 2, p. 472-506, May.
- LIPSET, Seymour M. 1959. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, Washington, DC, v. 53, n. 1, p. 69-105, Mar.
- MAMDANI, Mahmood. 1996. **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MILLS, Charles W. 2000. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press.
- MOYN, Samuel. 2010. **The Last Utopia: Human Rights in History**. Cambridge, MA: Belknap Press.
- MUTUA, Makau. 1996. The Ideology of Human Rights. **Virginia Journal of International Law**, Charlottesville, VA, v. 36, p. 589-657.
- _____. 2001. Savages, Victims and Saviors: The Metaphor of Human Rights. **Harvard International Law Journal**, Cambridge, MA, v. 42, p. 201-245.
- GONZÁLEZ O., Ezequiel. 2013. Speaking with an elite accent: human rights and the “masses.” **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 20 Nov. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/ezequiel-gonzalez-ocantos/speaking-with-elite-accent-human-rights-and-masses>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- ODINKALU, Chidi A. 1999. Why More Africans Don't Use Human Rights Language. **Carnegie Council**, Human Rights Dialogue, v. 2, n. 1, 5 Dec. Disponível em: <http://www.carnegiecouncil.org/publications/archive/dialogue/2_01/articles/602.html>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- OIDHACO. 2013. International Office for Human Rights Action on Colombia. **Associated Platforms in Colombia**. Bruxelas, Bélgica, Website. Disponível em: <<http://www.oidhaco.org/?cat=1006&lang=en>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- OKAFOR, Obionara C. 2006. **Legitimizing Human Rights NGOs: Lessons from Nigeria**. Trenton, NJ: Africa World Press.
- RAY, Aswini K. 2003. Human Rights Movement in India: A Historical Perspective. **Economic and Political Weekly**, Mumbai, v. 38, n. 32, p. 3409-3415, Aug.
- ROBINSON, Mary. 2005. What rights can add to good development practice. In: ALSTON, Philip; ROBINSON, Mary. (Org.). **Human Rights and Development: Towards Mutual Reinforcement**. New York: Oxford University Press. p. 25-44.
- RON, J.; CROW, D. forthcoming. Who Trusts Local Human Rights Organizations? Evidence from Three World Regions. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, 10 Mar.

- RON, James; GOLDEN, Shannon. 2013. **Growing Local Roots?** The Human Rights Sector in Morocco. Minneapolis, University Minnesota, Oct. Disponível em: <<http://jamesron.com/documents/FinalMoroccoReport.pdf>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- RON, James; PANDYA, Archana. 2013. Universal values, foreign money: local human rights organizations in the Global South. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 13 Nov. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/james-ron-archana-pandya/universal-values-foreign-money-local-human-rights-organiza>>. Último acesso em: 4 abr. 2014.
- RON, James; RAMOS, Howard; RODGERS, Kathleen. Transnational Information Politics: NGO Human Rights Reporting, 1986-2000. **International Studies Quarterly**. Vol. 49, p. 557-588.
- SLYOMOVICS, Susan. 2005. **The Performance of Human Rights in Morocco**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SURESH, V. 2014. Funds and civil liberties. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 6 Jan. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/v-suresh/funds-and-civil-liberties>>. Último acesso em: 4 abr. 2014.
- WORLD PUBLIC OPINION. 2008. **World Public Opinion and the Universal Declaration of Human Rights**. Washington, DC: Global Public Opinion on International Affairs, worldpublicopinion.org. Disponível em: <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/dec08/WPO_UDHR_Dec08_rpt.pdf>. Último acesso em: 7 mar. 2014.
- ZIV, Hadas. 2013. “Human Rights” must join activists in social struggle. **openDemocracy**, openGlobalRights [online], 11 Jul. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/hadas-ziv/%E2%80%98human-rights%E2%80%99-must-join-activists-in-social-struggle>>. Último acesso em: 7 mar. 2014.

NOTAS

1. Os relatórios e os dados da pesquisa *Americas and the World* estão disponíveis gratuitamente online no link: <<http://lasamericasyelmundo.cide.edu>>. Último acesso em: 21 jul. 2014.

2. Adaptamos essa pergunta às peculiaridades do sistema de cada país.

3. Utilizamos as medidas de renda monetária tradicionais, porém elas são propensas a erro.